
O CONCEITO CLASSIFICAÇÃO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA E EPISTEMOLÓGICA

Jéssica Câmara Siqueira

RESUMO

A tentativa humana de estabelecer classes ou categorias mais do que uma ação supostamente de controle, é uma das formas mais hábeis de se representar uma realidade, trazendo subjacente o intuito de transformá-la em conhecimento. Nesse viés, apresenta-se um breve histórico sobre o estudo da classificação na humanidade, além de se discutir o conceito, a partir das perspectivas de Foucault, Mauss, Lévi-Strauss e Piaget. Por fim verifica-se o caráter pluridiverso do termo, e sua relevante aplicabilidade no contexto pós-moderno.

Palavras-chave: Histórico da classificação. Conceito classificação. Pós modernidade.

THE CONCEPT CLASSIFICATION: A HISTORICAL AND EPISTEMOLOGICAL APPROACH

ABSTRACT

The human attempt to establish classes or categories more than one action is supposed to control is one of the most able to represent a reality, bringing the underlying intention of converting it into knowledge. In this approach, we present a brief history of the classification in the study of humanity, and to discuss the concept, from the perspectives of Foucault, Mauss, Levi-Strauss and Piaget. Finally there are the character multi diverse the term, and its relevant applicability to the post-modern.

Keywords: History of classification. Concept classification. Post-modernity.

1 INTRODUÇÃO

1.1 O estudo da classificação

A necessidade de sistematizar o conhecimento é antiga, já que remonta à tentativa humana de representar e ordenar o mundo externo. Tal tarefa não é fácil, já que a categorização dos processos de conhecimento leva em conta parâmetros histórico-sociais, o que dificulta uma delimitação espaço-temporal, não permitindo, portanto ter um caráter permanente.

Esse caráter efêmero da classificação ocorre pelo fato de, ao sistematizar o conhecimento em classes, o próprio objeto de estudo se modificar, por conta das relações que ele estabelece com outros objetos analisados. Nesse viés, Foucault (1996), retoma o texto de Borges, sobre uma enciclopédia chinesa, ratificando a arbitrariedade da classificação:

[...] O texto de Borges aponta para outra direção; a essa distorção da classificação [...] Quando instauramos uma classificação refletida, quando dizemos que um gato e o cão se parecem menos que dois galgos, mesmo se ambos estão adestrados ou embalsamados, mesmo se correm como loucos e mesmo se acabam de quebrar a bilha, qual é, pois, o solo a partir do qual podemos estabelecê-lo com inteira certeza? [...] Que coerência é essa- que se vê logo não ser determinada por um encadeamento a priori e necessário, nem imposta por conteúdos imediatamente sensíveis? Pois não se trata de ligar consequências, mas sim de aproximar e isolar, de analisar, ajustar e encaixar conteúdos concretos, nada mais tateante, nada mais empírico [...] (FOUCAULT, 1996, p.8-9).

No decorrer da obra *As palavras e as coisas*, Foucault (1996) retoma tal idéia, em seu capítulo sobre a Classificação, esmiuçando algumas de suas bases, como a estrutura,

o método e o sistema. Para ele, o sistema é o conjunto limitado de aspectos que se constituem a partir de uma estrutura, lugar onde as identidades e variações serão observadas, verificando-se sua eficiência combinatória. Já o método, ao contrário do sistema, descreve progressiva e exaustivamente um elemento para depois estabelecer analogias.

Outra contribuição importante do autor é expor que os conhecimentos são norteados pelo conceito da semelhança, ou seja, as classificações se constituem a partir de similaridades, e relações de subordinação entre seres que compõem a realidade. Assim, até meados do século XVII as classificações se organizavam segundo tais princípios, numa perspectiva em que a natureza era vista como um todo articulado, que se relacionava com os seres e as coisas ao redor, a partir da analogia. Nessa tentativa de traduzir o mundo a partir da observação, em que o “visível” opera a partir de variáveis (forma, quantidade, grandeza relativa e distribuição dos elementos no espaço), percebeu-se que os objetos eram agrupados não somente por semelhança, mas também a partir de uma ordem e distintos graus de diferenciação.

Outra vertente de estudo, influenciada por um determinismo intrínseco nas próprias estruturas classificatórias, está nos trabalhos de Durkheim e Mauss, como por exemplo na obra *De quelques formes primitives de classification* (1901). Os autores balizam que a organização de uma classe está mais associada à observação direta do mundo real, ao invés de uma elaboração abstrata, o que resulta numa classificação moldada segundo as categorias sociais, reflexos das relações familiares, sócio-econômicas, políticas e culturais.

Mauss ao estudar a organização de povos primitivos notou um estreito vínculo entre os sistemas sociais e seus respectivos sistemas lógicos, o que lhe permitiu se aprofundar nos estudos sobre as categorias do pensamento e concluir, a partir de uma argumentação sociológica, que a categorização é um produto da representação coletiva. Para ele “aquilo que categoriza são a sociedade e a história [...] as categorias vivem e

morrem com os povos e seus diversos contributos” (MAUSS, 2001, p.396 apud ARTÊNCIO, 2007, p.51).

A classificação para Mauss tinha a função de ordenar os seres e acontecimentos, em gêneros e espécies, relacionando-os a partir de inclusões, exclusões e subordinações. Para isso, associava ideias e estabelecia contiguidades com o intuito de explicar as relações entre os conceitos, que observados em suas transformações histórico-sociais, desvelavam a passagem de uma categoria para outra, ratificando sua visão sobre representações coletivas.

Seguindo essa perspectiva sociocêntrica da classificação, temos outros autores, como Lèvi-Strauss, que afirma que, diferente da visão ocidental, a classificação instituída pelos homens primitivos não era hierárquica, mas tinha uma estrutura vertical que conectava o geral com o específico, e o abstrato com o concreto. Dessa forma, o autor salienta o aspecto da inviabilidade e artificialidade dos sistemas classificatórios, atados pela organização hierárquica e representados por classes finitas, dizendo: “*Las clasificaciones filtran y aprisionan lo real*” (LÈVI-STRAUSS, 1964, p.168 apud SAN SEGUNDO, 1996, p.30).

Para Piaget (1979), a classificação não é só algo da natureza humana, como uma “ficção útil”, pois nossa mente precisa de modelos pré-fabricados da realidade a fim de estabelecer analogias, e com isso compreender melhor a si mesmo e o mundo que nos cerca. Observando o cérebro de crianças, esse autor constatou que toda classificação parte de uma abstração, que de forma simplificadora e arbitrária, está implícita em toda operação mental, e atua tanto no âmbito da linguagem como na lógica para se estabelecerem os sentidos das coisas.

Já para Grolier (1974, p.19), a classificação é um “artefato cultural”, já que resulta não só dos aspectos culturais, como das condições políticas, sociais, econômicas e de suas inter-relações.

Observando tal multiplicidade de caminhos, Diemer (1974, apud SAN

SEGUNDO, 1996, p.145), aponta quatro grandes orientações classificatórias: a ontológica, ligada à classificação dos seres; a gnosiológica, voltada à Ciência; e as classificações biblioteconômica e informacional, voltadas à determinação de seus meios de realização.

Perelman (1963), também tentando entender tal universo, assinalou duas visões básicas para a classificação: a perspectiva dicotômica, baseada na presença ou ausência de uma determinada propriedade, e as classificações que se constituem a partir de uma propriedade caracterizada com diferença específica. Como exemplo da primeira, temos a clássica Árvore de Porfírio, baseada na teoria dos predicados de Aristóteles, que representa um conjunto hierárquico finito de gêneros e espécies, marcados por dicotomias sucessivas; já no outro caso, temos como exemplo a classificação das ciências, em que observamos várias propriedades que podem originar distintas classificações.

A partir do breve elencar de perspectivas sobre classificação, percebemos que não há um modelo único, pois os critérios variam conforme perspectivas e valores assumidos, assim parece mais viável considerar a importância de tal processo para a natureza humana, mesmo diante de seu caráter arbitrário. Pombo (1998), em seu artigo *Da classificação dos seres à classificação dos saberes*, retoma as reflexões de Foucault sobre classificação, ratificando sua relevância para nossa representação de realidade, marcada pela naturalidade e arbitrariedade:

Na verdade, nada nos parece mais "natural", óbvio e indiscutível que as classificações dos entes, dos factos e dos acontecimentos que constituem os quadros mentais em que estamos inseridos. Elas constituem os pontos estáveis que nos impedem de rodopiar sem solo, perdidos no desconforto do inominável, da ausência de "idades" ou "geografias". Só elas nos permitem orientar-nos no mundo à nossa volta, estabelecer hábitos, semelhanças e diferenças, reconhecer os lugares, os espaços, os seres, os acontecimentos; ordená-los, agrupá-los, aproximá-los uns dos outros, mantê-los em conjunto ou afastá-los irremediavelmente (POMBO, 1998,

p.19).

1.2 Breve histórico da classificação

As primeiras classificações tiveram origem na organização de documentos de povos milenares - egípcios, assírios, babilônicos - que elaboraram diferentes organizações para seus fundos documentais, mas são os povos do Oriente que foram os precursores de um trabalho diferenciado no campo do conhecimento. Um exemplo são os chineses que, com as doutrinas de Confúcio, realizaram uma das primeiras classificações temáticas há mais de 400 a.C. No entanto, a classificação de maior relevância na China antiga, conforme aponta San Segundo (1996), foi a do bibliotecário imperial *Tsin Siu*, que com seu sistema quaternário de classes acabou influenciando, treze séculos depois, o sistema proposto por Francis Bacon.

Outra importante influência oriental para a classificação moderna foi a escola *Mimansa*, fundamentada em duas interpretações: a *Kumarila Bhatta* e a *Prabhakara*. A primeira dividiu o conhecimento dicotomicamente em uma categoria positiva, e outra negativa, enquanto a *Prabhakara* só considerava as categorias positivas da substância, qualidade, ação, universalidade, inércia, potência, similaridade e número. O que nos parece curioso é observar que tais denominações têm um grau de proximidade com as cinco categorias, propostas no século XX, por Ranganathan (1892-1972): personalidade, matéria, energia, espaço e tempo.

É ainda interessante ressaltar, que mesmo diante de tais manifestações orientais, a classificação antiga que mais se popularizou entre nós foi a grega. Tendo como base os preceitos filosóficos, iniciou-se com Platão, na classificação empírica de seus diálogos; perpassando por Aristóteles, ao estabelecer correspondência entre o pensar lógico e sua

estrutura ontológica, a partir das categorias; até chegar a Porfírio, que deixou como legado a representação gráfica aristotélica, evidenciando a subordinação lógica e ontológica aos elementos.

A partir da herança aristotélica, na Idade Média adotou-se a divisão do conhecimento tripartida entre a Física, Ética e Lógica, manifestada tanto pelos epicuros como pelos estóicos. A transição da cultura clássica para a da Idade Média podia ser observada na obra de Santo Agostinho (354-430), que fez algumas reformulações a partir da classificação de Epicuro (341 a.C- 271 a.C) e ainda inseriu fundamentos teológicos. Outra característica marcante dessa época, segundo Burke (2003, p.87) foi a influência do ensino nas classificações, já que com a expansão das escolas monásticas e a criação da universidade medieval, impulsionou-se a organização do conhecimento com base nas disciplinas do Trivium e Quadrivium, além de juntamente com as enciclopédias serem responsáveis por uma nova sistematização do conhecimento.

Enquanto no Mundo Ocidental a investigação científica estava orientada para fins religiosos, no mundo oriental prevalecia a ciência vinculada à utilização prática. Como exemplo, temos os trabalhos de Al Farabi (950) e Avicena (980-1037), com destaque para a visão do último que considerava tanto o ponto de vista prático da ciência, produzida por nossas ações, como o teórico, resultado do estado de existência das coisas.

Uma figura de transição da Idade Média para o Renascimento foi Roger Bacon (1214-1294), que partindo dos estudos de Avicena estabeleceu três modos universais de conhecimento, através da imaginação, a memória e a razão, sobrepondo-se aos marcos da escolástica medieval de traços mais teológicos e conseguindo ser o precursor das ciências naturais no Ocidente, lançando as bases que seriam difundidas no Renascimento.

Nos séculos XV e XVI ocorrem grandes transformações no Ocidente, o desenvolvimento das cidades, do comércio e da manufatura, embriões do capitalismo, além de uma verdadeira mudança sociocultural com a proliferação do Humanismo, tanto nas ciências quanto nas artes. Dessa forma, surgiram novas áreas científicas, que associadas ao

acúmulo dos fundos bibliográficos e arquivísticos, resultado da invenção da prensa e da difusão do conhecimento, impulsionaram o surgimento de novas formas de classificação.

No início do período moderno, influenciados pelas taxonomias, voltou-se o estudo para os sistemas classificatórios, fundamentados por diferentes grupos, que encaravam o conhecimento de forma divergente. Havia, por exemplo, a corrente teórica *versus* a prática, encabeçadas pela rivalidade entre filósofos e empiristas; o conhecimento de natureza pública *versus* o privado; o “legítimo” *versus* o “proibido”; a *Scientia superior* em oposição à inferior, ou mesmo o conhecimento especializado contrastando com o de natureza mais genérica. Para Burke (2003), a forma de classificação do conhecimento nessa época foi difundida principalmente através dos currículos, bibliotecas e enciclopédias.

Uma importante metáfora da organização do conhecimento desse período foi a Árvore de Porfírio, que segundo Burke (2003, p.82), ilustrou a “naturalização do convencional”. Apresentando a cultura como se fosse a natureza, essa classificação estabeleceu relações de subordinação e dominância entre os elementos. Tal representação estendeu-se para o século seguinte, aplicada no sistema de organização das disciplinas.

Outra representação classificatória curiosa é a de Christofle Savigny (1530-1587), que numa perspectiva mais flexível e fluida propunha um diagrama oval com uma cadeia externa das 18 disciplinas que compunham o Trivium, Quadrivium e as faculdades superiores, tendo no centro mais 75 ovais interligadas, demonstrando as inter-relações das disciplinas, representação que mostra alguma identidade com os mapas conceituais contemporâneos.

A partir do século XVII o pensamento moderno se disseminou nas ciências, principalmente por conta das reformulações dos métodos científicos e do experimentalismo, a exemplo de Francis Bacon (1561-1626), que defendia o método racional indutivo, alicerçado em bases experimentais, com a ressalva de que fundamentava sua classificação em aspectos de uma consciência subjetiva humana. Tal perspectiva classificatória teve um importante papel no final do século XIX para as classificações

bibliográficas.

Contemporâneo a Bacon, Thomas Hobbes (1588-1679) encarava a ciência num viés mais objetivo, propondo até uma interpretação mais gnosiológica acerca das formas empíricas e racionais do conhecimento e considerando-a tanto no aspecto indutivo como dedutivo. Já John Locke (1632-1704), contribuiu tentando explicar os modos de se adquirir o conhecimento e formular juízos, propondo uma tripartição do conhecimento científico e organizando-o tematicamente.

Outra figura de destaque foi Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716), que se dedicou a pensar em uma linguagem universal expressa de forma simbólica, proposta que repercutiu mais tarde nas linguagens documentárias, além de influenciar na elaboração de inventários organizados de modo sistemático. Seus estudos também influenciaram, na época da Revolução Francesa, a elaboração das enciclopédias, por conta da categorização em classes, sendo acrescida à proposta de uma estrutura mais singela e próxima do cotidiano das pessoas, característica ressaltada pelo incentivo à democratização do conhecimento.

Já no século XIX, com o avanço das ciências naturais, que influenciaram também o desenvolvimento das ciências sociais, com os trabalhos de Comte (1789-1857) e Darwin (1809-1882), por exemplo, se estabeleceu um novo processo de conexões interdisciplinares, que acabaram por reestruturar outras concepções de classificações. Auguste Comte, a partir da concepção racional de sua filosofia positivista, em que tratava o conhecimento em três estágios do saber - teológico, metafísico e científico - elaborou uma classificação com fins utilitários, mas concatenada às diversas ciências, coordenadas entre si.

Nesse período do século XIX seguiram-se numerosos tipos de classificação baseados nos postulados de Comte, levando-se em conta a coordenação. Porém, no século seguinte, a questão da classificação das ciências tomou outro rumo, o do materialismo dialético. Engels (1820-1895) e Marx (1818-1883) são os precursores de uma utilização

materialista do princípio da subordinação das ciências para a classificação, o que posteriormente influenciaria as modernas classificações bibliográficas, tanto na antiga URSS como no Ocidente.

No século XX, principalmente pós 2ª Guerra Mundial (1914-1939), o mundo sofreu diversas mudanças sócio-econômicas, políticas e culturais que transformaram as áreas do conhecimento, com destaque para o desenvolvimento tecnológico, com a informática, e as descobertas científicas que desvelaram novos horizontes para o homem. Tudo isso revolucionou também as formas de se organizar o conhecimento, já que no contexto contemporâneo, com o crescente volume de informação, aumento da demanda por informação qualificada e falência de vários modelos classificatórios de outrora, instaurou-se a necessidade de repensarmos novas perspectivas para a organização do conhecimento para esta realidade pós-moderna.

No contexto do século XXI em que a apropriação do conhecimento pelo sujeito é o que direciona as ações das áreas comunicacionais e informacionais, fica latente que classificações excessivamente rígidas e mais preocupadas com a organização institucional tendem a ser reformuladas. Considerando que o conhecimento não é algo estanque, e que o indivíduo de hoje está num constante aprendizado, por conta dos diversos universos em que age/interage/reage, parece incoerente propor a utilização de sistemas, que mesmo automatizados ou até na web, não privilegiem suas necessidades.

Tentando realizar uma tarefa cada vez mais extenuante, a classificação, segundo Pombo (1998, p.20), “não faz mais do que quebrar, violenta e arbitrariamente a cadeia de imperceptíveis nuances que liga os seres entre si”. Dessa forma, além de permitir um melhor acesso à informação, a classificação se torna cada vez mais premente na representação de mundo feita pelo sujeito.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto pós-moderno, perfilado de fragmentações e rupturas espaço-temporais, falar de classificação pode parecer um retrocesso ao paradigma positivista, pleno de modelos e estruturas que tentavam delimitar fronteiras. No entanto, ao perscrutarmos a história e as perspectivas acerca do conceito de classificação podemos notar seu inevitável potencial neste caótico contexto.

A tentativa humana de estabelecer classes ou categorias mais do que uma ação supostamente de controle, é uma das formas mais hábeis de se representar uma realidade, trazendo subjacente o intuito de transformá-la em conhecimento. Assim, ao utilizarmos tal “estratégia” de representação de mundo estamos estabelecendo analogias e identidades que constituirão um sistema de conceitos.

É notório que tais sistemas trarão em seu bojo traços culturais, sociais e ideológicos, fruto da perspectiva daquele que lhe delineou. Porém, tais aspectos ao invés de serem encarados como delimitadores poderiam ser vistos como sinônimos de diversidade, já que é fruto de uma possibilidade de representação de mundo, mas não a única.

Dessa forma, sistemas de classificação, por exemplo, poderiam ser encarados em sua função precípua de recorte de uma realidade, que sem a pretensão de “verdade absoluta”, refletem uma perspectiva de categorização de mundo. Nesse viés, ao se constituir já evidencia traços históricos, culturais e ideológicos que permitem a nós, como sujeitos de um outro contexto, avaliá-lo criticamente, podendo incorporar ou não seus traços, mas sempre estamos dispostas a “enxergar”.

REFERÊNCIAS

ARTÊNCIO, Luciane Maria. **Princípios de categorização nas linguagens documentárias**. 2007. Dissertação (Mestrado)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://poseca.incubadora.fapesp.br/portal/informacao/outros->

com/dados/2007/titulo. Acesso em 08 jan.10.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives (1901) In: MAUSS, M. Oeuvres, Paris: Minuit, 1968, v. 2 pp 13-89 [Algumas formas primitivas de classificação. In: MAUSS, M. Ensaios de Sociologia. São Paulo: Perspectiva, 1981.

FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GOMES, Hagar Espanha; MOTTA, Dilza Fonseca; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Revisitando Ranganathan: a classificação na rede. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.conexao rio.com/bit i/revisitando/revisitando.htm>. Acesso em: 1 fev.2010.

GROLIER, Eric de. *Classification as cultural artefacts*. In: Universal Classification: subject, analysis and ordering systems. Proceeding 4th International Study Conference on classification research of FID, CR, 1982, v.2, p.19-34.

KAULA, Prithvi.N (trad.) Rethinking on the concepts in the study of classification. *Herald of Library Science*, vol. 23, n. 2, Jan./Apr. 1984, p. 30-44 Disponível em: www.conexao rio.com/bit i/kaula/index.htm Acesso em 25 mar 10.

LARA FILHO, Durval. *Museu: de espelho do mundo a espaço relacional*. 2006 (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <http://poseca.incubadora.fapesp.br/portal/informacao/outros-com/dados/2006/orientador/front-page/?searchterm=lara%20filho> Acesso em 08 fev. 10.

POMBO, Olga. *Da classificação dos seres à classificação dos saberes*. Leituras. Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa, nº 2, 1998, pp. 19-33. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/hyper/resources/opombo-classificacao.pdf> Acesso em: 6 mar 2010.

SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa. **Sistemas de Organización del conocimiento**: la organización del conocimiento en las bibliotecas españolas. Madrid :BOE, Universidad Carlos III, 1996.



Artigos

Jéssica Câmara Siqueira

Profissão: professora

Universidade de São Paulo ECA-CBD

jessica.camara@yahoo.com.br